



Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002  
Telefones: (21) 3037-6001 ou (21) 3037-6002 - www.ancine.gov.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.010126/2017-20

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de transporte, com locação de veículo, incluindo motoristas, destinados ao transporte de materiais, documentos e pequenas cargas e, aqueles serviços que não estejam contemplados em serviços de passageiros, para o Escritório Central no Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência respectivo.:

Grupo	Item	DESCRIÇÃO	Quantidade de Veículos	Valor Médio proposto por KM rodado
1	1	Veículos de uso misto tipo multivan compacta médio – especificações e requisitos de acordo com o item 4.1 deste Termo de Referência.	1	R\$ 8,18

1.2. O valor estimado no item 1.1 será o limite máximo para aceitação da proposta.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

#### 2.1. Da necessidade da contratação do serviço:

2.1.1. A presente contratação, baseia-se na necessidade de transporte de materiais, equipamentos e documentos entre as unidades do Escritório Central no Rio de Janeiro/RJ, outros destinos e, aqueles serviços que que não estejam contemplados em serviços de passageiros, para o desempenho das atividades institucionais da ANCINE;

2.1.2. Término da vigência do atual contrato administrativo e fim do limite de suas prorrogações legais.

2.2. Não há, dentre as categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos deste órgão, profissional para o desempenho do Serviço;

2.3. De acordo com o art. 6º da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela Instrução Normativa nº 03 de 15 de outubro de 2009, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os serviços continuados "são aqueles que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão do Órgão". Ademais, o Tribunal de Contas da União em seu Acórdão nº 132/2008, caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço pela sua essencialidade, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo a não comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional;

2.4. As atividades do Serviço não constituem missão institucional do órgão;

2.5. As atividades supracitadas não implicam em limitação do exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, exercício do poder de polícia, ou manifestação da vontade do Estado pela emanção de atos administrativos;

2.6. O Serviço está compreendido dentre as atividades terceirizáveis prevista no art. 7º da IN nº 02/2008 (SLTI/MPOG).

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Trata-se de serviços de natureza comum nos termos do parágrafo único do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, conforme os padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais verificadas no mercado;

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão contratados por meio de quilômetro rodado, e as especificações dos veículos a serem disponibilizados para atendimento dos serviços encontram-se no quadro explicativo abaixo:

Grupo	Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Qtde. de Veículos (A)	Franquia Mens Km (B)	Excedente mensal Km (C)
1	1	Veículos de uso misto tipo multivan compacta, para transporte de passageiros e pequenas cargas, cor branca, com no máximo 01 (um) ano de fabricação ou 10.000 (dez mil) quilômetros rodados (o que ocorrer primeiro), 5 portas, sendo as duas portas traseiras laterais com abertura deslizantes, capacidade entre 5 (cinco) e 7 (sete) passageiros, incluindo o condutor, motor de no mínimo 1.400 cilindradas, porta-malas com capacidade para, no mínimo, 750 litros, equipado com ar condicionado, vidro e travas elétricas, insulfilm – transparência mínima de 70% e, dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, conduzido por motoristas profissionais devidamente habilitados e uniformizados.	1	1.800	670

4.2. Em caso de prorrogação contratual, serão admitidos veículos com, no máximo 30 (trinta) meses de uso, desde que a quilometragem acumulada não seja superior a 60 mil quilômetros;

4.3. Quando da necessidade de substituição, esta deverá ocorrer no prazo de 4 (quatro) meses a partir da solicitação da CONTRATANTE. Este prazo poderá ser dilatado, se houver motivo relevante e justificado apresentado formalmente pela CONTRATADA;

4.4. Todos os custos provenientes da substituição serão arcados pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

4.5. Em caso de avaria mecânica ou acidente de trânsito, a CONTRATADA deverá substituir o veículo avariado/acidentado no intervalo máximo de 4 (quatro) horas, a partir da notificação feita pela Administração;

4.6. A substituição de veículos, por quaisquer outras razões, deverá ser realizada em até 3 (três) horas, a partir da notificação feita pela Administração;

4.7. Os veículos devem ser próprios ou adquiridos por meio de sistema de arrendamento mercantil (leasing), com documentação em dia e regularizado perante aos órgãos de trânsito e de fiscalização e que atenda a todas as normas correlatas do Poder Público;

4.8. Os veículos a serem disponibilizados pela contratada para a execução dos serviços contratados deverão ser movidos por combustíveis renováveis, conforme prevê a Lei nº. 9.660, de 16/06/98, ou bi-combustível, (Flex - álcool ou gasolina), conforme disponibilidade no mercado;

4.9. Os veículos a que se referem ao **item 4.8**, deste Termo de Referência, poderá também ser movidos a GNV (Gás Natural Veicular), desde que de acordo com a legislação pertinente e que estes não ocupem demasiado espaço no compartimento de carga, visto que sua utilização para transporte de cargas é necessária, como por exemplo o transporte de caixas, documentos, computadores, impressoras, pequenos mobiliários e congêneres;

4.10. Os pneus deverão estar de acordo com as normas do **CONTRAN**;

4.11. Os veículos, durante toda a vigência do contrato, deverão estar em perfeitas condições de mecânica, parte elétrica, capotaria e lanternagem, além de possuir todos os equipamentos de segurança exigidos por lei;

4.12. Os veículos deverão possuir seguro total, que inclua cobertura para responsabilidade civil, contra terceiros, danos pessoais dos passageiros transportados, envolvidos nos casos de colisão ou qualquer tipo de acidente, incluindo ainda, a devida assistência para o motorista, ficando claro e certo que a ANCINE não assumirá quaisquer responsabilidades ou ônus advindos de sinistros com os veículos, tenham estes ocorrido dentro ou fora de seu estabelecimento, envolvendo vítimas ou não, nem mesmo o pagamento de franquias e custos, que serão de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá comprovar a efetivação do seguro e sua renovação periódica;

4.13. Em caso de ocorrência, envolvendo os veículos locados e/ou condutores, deve-se consignar no respectivo termo que o veículo é objeto de contrato de locação e que o condutor não possui qualquer tipo de vínculo empregatício com a Administração Pública;

4.14. Todas as despesas, encargos legais e tributos decorrentes da locação dos veículos ou em razão dela, correrão às plenas expensas da contratada, inclusive pagamento de salários, vantagens, horas-extras, uniformes, assistência médica, exames médicos obrigatórios (admissional, demissional, periódicos, etc.), benefícios diretos e indiretos e outros de interesse dos seus empregados;

- 4.15. Também são de responsabilidade da contratada os custos e despesas com o veículo referente a emplacamento, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, seguro obrigatório, seguro total, franquia de seguro total, multas, além de quaisquer outras decorrentes de condenação e imposição de obrigação/indenização administrativa, civil, criminal ou ainda afetas ao cumprimento integral do objeto contratado;
- 4.16. Os veículos deverão estar sempre limpos e abastecidos e à disposição da ANCINE;
- 4.17. Os veículos deverão manter as características e cor padrão de fábrica, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a contratada, exceto quando solicitado pela Administração;
- 4.18. A solicitação de uso dos veículos serão encaminhadas, por servidor responsável que atuará na ANCINE, diretamente ao Supervisor de Transporte, mediante ficha de Requisição de Veículo (VOUCHER), onde constará campo para o preenchimento de: **identificação do nome, vínculo, lotação e assinatura do usuário, identificação do motorista, origem, destino, finalidade, horários de saída e de chegada e as respectivas quilometragens**, sendo que a requisição ficará de posse desse servidor para o controle no final do mês;
- 4.19. Os Vouchers (requisições) deverão ser obrigatoriamente fornecidos pela contratada, às suas expensas, e observado o modelo aprovado pela ANCINE para sua confecção;
- 4.20. A contagem da quilometragem de cada atendimento será iniciada no ato do recebimento da solicitação do serviço e encerrada no regresso do veículo à ANCINE;
- 4.21. As quilometragens relativas aos deslocamentos em função de abastecimento, serviços de manutenção, guarda dos veículos na garagem determinada pela contratada, ou quaisquer outros efetuados por interesse da contratada, não deverão ser consideradas para os efeitos de faturamento à ANCINE, devendo ser subtraídas da quilometragem rodada por veículo;
- 4.22. Os deslocamentos superiores a 100 (cem) quilômetros de distância, ou que impliquem em pernoite fora da sede, serão informados à contratada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
- 4.23. As despesas com hospedagem e alimentação dos motoristas em caso de necessários deslocamentos com permanência fora do município do Rio de Janeiro são de responsabilidade da contratada;
- 4.24. As despesas decorrentes da prestação do serviço como estacionamento e pedágios são de responsabilidade da contratada;
- 4.25. Os veículos deverão estar diariamente na ANCINE ou em local previamente estipulado pela mesma e no horário fixado para início da execução dos serviços, onde serão vistoriados e verificados às condições de limpeza e conservação;
- 4.26. O local de abastecimento deverá guardar distância máxima de 4 km do Escritório Central da ANCINE;
- 4.27. Os veículos ficarão estacionados, no período da prestação dos serviços, em local próximo da prestação dos serviços, sob a responsabilidade e às expensas da contratada, devendo o atendimento ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, a partir da solicitação;
- 4.28. Os veículos deverão ser identificados por monta magnética, posicionado nas portas dianteiras, devendo conter a expressão "A SERVIÇO DO GOVERNO FEDERAL", "**ANCINE**" e "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO", conforme especificações contidas no Art. 20 da Instrução Normativa nº 03 da SLTI/MPOA, datada de 15 de maio de 2008.



5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, nos horários e quantidades definidos no quadro explicativo abaixo:

Item	Disponibilidade do serviço	Qtde. de veículos	Estimativa mensal de Km por veículo	Estimativa anual de Km pelo total de veículos
1	08:00 às 22:00 / 14h	1	2.470	29.640

- 5.2. A proposta deverá atender ao limite máximo estabelecido no item 1.1: R\$8,18/km (oito reais e dezoito centavos por km rodado).
- 5.3. Excepcionalmente, por necessidade de serviço, a **ANCINE** poderá solicitar a prestação dos serviços além dos horários definidos no **item 5.1** e/ou durante os finais de semana e feriados, sem nenhum custo adicional ou qualquer tipo de pagamento extra;
- 5.4. As quilometragens referente aos deslocamentos de saída ou retorno de garagem, efetuada nas excepcionalidades informadas no **item 5.2**, realizadas por necessidade de prestação do serviço, serão consideradas para efeitos de faturamento à ANCINE;
- 5.5. O **salário mensal**, assim como os benefícios (vale alimentação e/ou refeição, plano de saúde, seguro de vida, etc.), deverá corresponder, no mínimo, ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas Locadoras de Automóveis do Estado do Rio de Janeiro - SINDLOC/RJ;
- 5.6. A CONTRATADA deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais.
- 5.7. **Exames Admissionais:**
- 5.7.1. A CONTRATADA deverá realizar em todos os seus empregados que prestarão serviço para a ANCINE os Exames Médicos admissionais, periódicos, demissionais e, se for o caso, afastamentos e de mudança de função, e a respectiva cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), deverão ser entregues sempre que a ANCINE solicitar.
- 5.8. **Requisitos mínimos dos motoristas:**
- 5.8.1. 2º grau completo.
- 5.8.2. 21 anos de idade.
- 5.8.3. Experiência de 2 (dois) anos na função.
- 5.8.4. Carteira “B” com direção defensiva.
- 5.8.5. Ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar (regiões metropolitanas do Rio de Janeiro).
- 5.8.6. Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.
- 5.8.7. Competências Comportamentais:
- a) Senso de responsabilidade.
- b) Cooperação.
- c) Adaptabilidade.
- d) Dinamismo.
- e) Iniciativa.
- f) Relacionamento Interpessoal.
- g) Organização.
- h) Bom relacionamento para trabalhar em equipe.
- 5.8.8. Os serviços deverão ser executados pelos motoristas, conforme **rol exemplificativo** discriminados abaixo:
- a) Agir com ética.
- b) Manter-se atualizado.
- c) Zelar pelo material transportado.
- d) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo.
- e) Trabalhar em equipe.
- f) Agir com criatividade.

- g) Demonstrar cortesia.
- h) Cumprir horários e escalas de trabalho.
- i) Demonstrar capacidade visual espacial.
- j) Tratar os passageiros com polidez.
- k) Trabalhar sob pressão.
- l) Respeitar leis de trânsito.
- m) Dirigir defensivamente.
- n) Manter-se calmo.
- o) Demonstrar noções básicas de mecânica de veículos.

5.8.9. Os motoristas deverão ter curso de **direção defensiva**:

5.8.9.1. Os Certificados do curso de direção defensiva deverão ser apresentados, preferencialmente, na data de assinatura do contrato, podendo ser apresentados ao FISCAL DO CONTRATO, mediante justificativa, em data posterior a ser determinada pela ANCINE.

5.9. A CONTRATADA manterá **PREPOSTO (Supervisor de Transporte)** no estabelecimento da CONTRATANTE, para que possam ser fornecidos controles, referentes ao Serviço, indispensáveis à Administração.

5.9.1. Abaixo, **rol exemplificativo**, das atribuições do Supervisor de Transporte:

- a) Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, o preposto/supervisor de locação, deverá apresentar, pessoalmente, relatório de execução dos serviços ao FISCAL DO CONTRATO, no qual constarão informações relevantes concernentes aos serviços prestados pelos profissionais;
- b) Apresentar comprovação de revisão preventiva dos veículos ao fiscal, conforme periodicidade e/ou quilometragem estabelecida no Manual do Veículo e outras recomendações do fabricante;
- c) Monitorar, por meio de software específico, os itinerários e localização em tempo real de cada veículo de forma a otimizar a prestação do serviço;
- d) Controlar a assiduidade e a pontualidade de cada motorista;
- e) Efetuar remanejamentos de forma a suprir eventuais lacunas e/ou atender a pedidos especiais;
- f) Manter em arquivo digital a quilometragem mensal rodada de cada veículo, bem como fornecer relatório com tal informação quando solicitado pela Administração;
- g) Fornecer, sempre que solicitada, toda documentação relativa aos veículos e aos motoristas, tais como, registros de manutenção, cópia da CNH, etc.;
- h) Acompanhar o FISCAL DO CONTRATO na averiguação de ocorrências (por exemplo, a de um veículo que foi apresentado sujo);
- i) Apresentar, no prazo de 24h, quando não houver outro prazo expresso, relatório, respondendo a toda notificação enviada por FISCAL DE CONTRATO.

## 6. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. Os veículos deverão ser disponibilizados para atendimento das unidades dos Escritórios da ANCINE no Rio de Janeiro/RJ, localizada nos seguintes endereços:

- I - Escritório Central - Avenida Graça Aranha, 35 – Centro
- II - Rua Teixeira de Freitas, 31 – Lapa
- III - Rua Moraes e Vale, 111 – Lapa

6.2. Entretanto os serviços poderão ser prestados em todo o estado do Rio de Janeiro e Regiões Limitrofes conforme conveniência da ANCINE.

## 7. UNIFORMES

7.1. A Contratada deverá fornecer aos motoristas, sem quaisquer ônus financeiros para eles, uniformes completos, de boa qualidade e apresentação, conforme especificação abaixo, que deverão ser entregues ao motorista no primeiro dia da prestação do serviço na ANCINE::

- a) blazer, na cor azul-marinho;
- b) calça social, na cor azul-marinho;
- c) camisa social de manga longa, na cor azul (com identificação da empresa);
- d) camisa social de manga curta, na cor azul (com identificação da empresa);
- e) cinto na cor preta;
- f) sapatos social na cor preta;
- g) meias na cor preta.

7.2. O uniforme deverá ser aprovado pela CONTRATANTE na ocasião da celebração do contrato. Caso seja motivadamente recusado, a CONTRATADA terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, para proceder à devida adequação;

7.3. A CONTRATADA deverá fornecer **02 (dois) conjuntos** de uniforme completos a cada funcionário(a) ao início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, quando as condições mínimas de apresentação não estejam sendo atendidas;

7.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## 8. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor limite global estimado para a presente contratação é de **R\$ 242.455,20** (duzentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos) anuais.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento para será realizado com base na somatória dos quilômetros rodados, multiplicado pelo custo do quilômetro rodado, considerando o valor da franquia e da quilometragem excedente, através de relatório mensal, deduzida a quilometragem rodada para abastecimento, lavagens, manutenções e outras de interesse da CONTRATADA;

9.1.1. É garantido à CONTRATADA o pagamento mensal mínimo equivalente à franquia em quilômetros estabelecida no item 4.1, sem prejuízo do determinado no item 9.1.3 deste parágrafo;

9.1.2. A franquia de quilometragem será mensal e computada de forma global por categoria do veículo;

9.1.3. A diferença entre o valor do pagamento mínimo (franquia) e o efetivamente devido (quilometragem rodada), quando este for menor, será considerada crédito da ANCINE, exclusivamente para efeito de compensação de excedentes em faturamentos posteriores;

9.1.4. Sempre que o valor do pagamento mensal apurado, com base nos quilômetros efetivamente rodados for maior que o pagamento mínimo da franquia, a Ancine pagará o excedente após deduzir eventuais créditos de franquia do veículo;

9.1.5. Eventuais deduções serão realizadas de forma que a CONTRATADA nunca receba menos que o valor da franquia global;

9.1.6. A garantia de pagamento mínimo mensal (franquia global) será proporcional ao tempo de efetiva disponibilização do veículo dentro da previsão mensal contratual, havendo alteração significativa das demandas essas serão ajustadas por meio de revisão contratual.

9.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n.º 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da citada Lei.

9.4. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI n.º 02, de 2008.

9.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI n.º 02, de 2008.

9.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.7. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

9.8. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

9.9. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 9.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 9.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 9.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.
- 9.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela a ser paga.}$$

$$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:}$$

I = (TX) I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente deste termo;
- 10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e a execução dos serviços, através de um servidor especialmente designado, fazendo as anotações e registros de todas ocorrências e determinando o que for necessário a regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda propor aplicações de penalidades e a rescisão do contrato, caso a empresa desobedeça qualquer das cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.5. Realizar o pagamento a Contratada, em conformidade com o contrato, a importância correspondente ao serviço prestado, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente;
- 10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela Contratada;
- 10.7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;
- 10.9. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.9.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 10.9.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 10.9.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 10.9.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.10. Proceder à vistoria nos veículos, vetando a utilização daqueles que estejam em desacordo com os padrões estipulados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Disponibilizar ao Supervisor de Transporte todo suporte necessário ao cumprimento das atribuições discriminadas no **Termo de Referência**;
- 11.3. Fornecer os materiais/equipamentos discriminados no Termo de Referência, sendo:
- 11.3.1. Adequados, qualidade e tecnologia, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.3.2. Ecologicamente viáveis;
- 11.3.3. Previamente submetidos à aprovação da CONTRATANTE.
- 11.4. Quando do início da execução do contrato, a contratada deverá apresentar cópia autenticada dos documentos obrigatórios dos veículos, da qualificação, identificação e habilitação dos motoristas que prestarão os serviços, bem como das apólices de seguro, suas renovações e/ou atualizações, nos termos dos **itens 4.13 deste Termo**;
- 11.5. Manter os seu empregados, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências da Contrante, trajados com uniforme completo, portando crachá identificado com foto, nome e número de registro ou matrícula fornecido pela Contratada, bem como portar Carteira Nacional de Habilitação;
- 11.6. Substituir o motorista que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinares da Contratante ou no caso de falta, impedimento legal ou férias, de maneira que não prejudique o andamento e a boa execução dos serviços;
- 11.7. Na substituição de qualquer veículo ou motorista, deverá a Contratada, após a autorização da ANCINE, obrigatoriamente atualizar os correspondentes documentos;
- 11.8. Manter os funcionários sob os vínculos empregatícios, exclusivos, da empresa, mantendo em dia todos os encargos e obrigações previstos na legislação social e trabalhista em vigor;
- 11.9. Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços, assim como as normas da Contratante;
- 11.10. Assumir as obrigações estabelecidas na legislação de trabalho, quando em ocorrência de espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou outros que mantenham vinculação com esses, ainda que registrados nas dependências da Contratante;
- 11.11. Prestar os serviços, objeto do presente termo, utilizando-se de empregados treinados, de bom nível educacional e moral, devidamente habilitados a prestarem serviços de transporte de passageiros;
- 11.12. Exercer rígido controle com relação a validade da Carteira Nacional de Habilitação do motorista colocado à disposição da ANCINE, verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados, bem como manter regularizada a documentação do veículo;
- 11.13. Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes dos serviços contratados, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, bem como todos os benefícios previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto desta contratação;
- 11.14. Acatar as exigências da ANCINE quanto à execução dos serviços, de acordo com as cláusulas contratuais;
- 11.15. Credenciar, por escrito, junto à ANCINE, um preposto idôneo, com poderes para representar a empresa em tudo que relacione à execução dos serviços, inclusive sua supervisão;
- 11.15.1. O preposto será residente e deverá ter poderes constituídos para, em nome da contratada, realizar atividades relacionadas à administração de pessoal, controle dos veículos, acompanhamento dos serviços, bem como o controle das saídas/retorno diários dos veículos, conforme definido pelo fiscal do contrato;
- 11.15.2. O preposto deverá cumprir a carga horária semanal de 44 horas semanais;
- 11.15.3. Em caso de substituição do Preposto/Supervisor de Transportes pela Contratada, a Administração deverá receber aviso formal com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, no qual deve conter informações relativas ao substituto, tais como: nome completo, números de telefone, endereço eletrônico, etc;
- 11.15.4. A Contratada deverá substituir o representante/preposto, quando solicitado pela Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;
- 11.15.5. **Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços**, o preposto deverá apresentar, **pessoalmente**, **relatório de execução dos serviços** ao FISCAL DO CONTRATO, no qual constarão informações relevantes concernentes aos serviços prestados pelos profissionais.
- 11.16. Estabelecer rede de comunicação entre os motoristas e o preposto, por meio de serviço telefônico móvel pessoal (rádios ou celulares), totalmente às suas expensas;
- 11.17. Prestar esclarecimento à ANCINE, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam o veículo, bem como relatar toda a qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;
- 11.18. Arcar com as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, inclusive as responsabilidades decorrentes de acidentes, indenizações, substituições, seguros, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte da ANCINE;
- 11.19. Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, inclusive as relativas a combustíveis, manutenção, acidentes, multas, licenciamentos, seguro total, limpeza, e outras

que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a ANCINE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em qualquer ocorrência;

11.20. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes, bem como as normas internas da ANCINE;

11.21. Não transferir a outrem, no todo ou em parte os compromissos avençados;

11.22. Efetuar o pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, assim como fornecer os vales refeição e/ou alimentação e vales transportes aos empregados, em atividade nas dependências da ANCINE, rigorosamente no prazo estipulado na legislação pertinente, ou seja, cumprir a legislação trabalhista e social;

11.23. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário **na conta do trabalhador, que deverá ser aberta na localidade onde o profissional estiver prestando os serviços**, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

11.24. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços, sem interrupção seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.25. Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;

11.26. A empresa poderá fazer escala de revezamento, para programação do horário de trabalho dos motoristas, substituições e/ou troca de turnos, sem prejuízo do número de veículos à disposição da ANCINE;

11.27. A empresa deverá respeitar a jornada de trabalho dos motoristas de forma que não exceda a carga horária máxima permitida na legislação trabalhista;

11.28. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Cadastro de Pessoa Física - CPF e Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência, devendo todas as informações serem atualizadas, sempre que necessário;

11.28.1. **Caso a CONTRATADA não disponha da documentação mencionada no item anterior, e outros relacionados aos seus empregados, para entrega à CONTRATANTE no momento da apresentação dos profissionais (início da execução dos serviços), deverá apresentar uma declaração assinada pelo representante legal da empresa, identificando os profissionais e respectiva documentação faltante, e deverá no prazo de até 10 (dez) dias úteis entregar ao FISCAL DO CONTRATO os documentos pendentes de apresentação;**

11.28.2. **Se em razão da peculiaridade do objeto da contratação houver algum documento que necessite de maior tempo para elaboração ou para obtenção junto a empresas privadas ou órgãos públicos, a CONTRATADA poderá solicitar a dilação do prazo estabelecido no subitem acima, desde que reste comprovada formalmente tal necessidade.**

11.29. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação contendo nome completo, cargo ou atividade exercida, órgão e local de exercício dos empregados alocados, para fins de divulgação na internet, nos termos do artigo 87, §§ 4º e 5º, da Lei nº 12.309, de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011);

11.30. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviços, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

11.31. Apresentar ao Fiscal do Contrato o registro de frequência dos funcionários, inclusive coberturas, no final de cada mês. O referido controle, embora seja responsabilidade da empresa poderá ser solicitado pela ANCINE a qualquer tempo;

11.32. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

11.33. Responsabilizar-se pelas despesas médicas com seus empregados, bem como com servidores e terceiros, no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do serviço;

11.34. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.35. Permitir, a qualquer momento, à ANCINE, realizar inspeção nos veículos colocados a sua disposição, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza;

11.36. Manter, durante a vigência do contrato, as condições da habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando juntamente com a nota fiscal/fatura, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS, referentes aos empregados, em atividade nas dependências da ANCINE;

11.37. Apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura, relatório demonstrativo dos serviços realizados, inclusive com a quilometragem percorrida por cada veículo;

11.38. Entregar diariamente ao Setor de Transportes requisições de veículos autorizadas pelos funcionários da ANCINE credenciados, não sendo aceitas requisições incompletas;

11.39. Possuir sistema informatizado, totalmente desenvolvido sob suas expensas, que permita, a qualquer tempo, a emissão de relatórios referentes aos serviços de transporte, que abrangerão as quilometragens percorridas por veículo, itinerários, horários de cada veículo e identificação de usuários;

11.40. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.41. É vedada a sublocação de veículos;

11.42. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório;

12.2. Entende-se como subcontratação a sublocação de veículos e subcontratação de motoristas terceirizados para compor a frota de veículos.

## 13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;

14.1.1. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

14.3. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008;

14.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

14.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso;

14.6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e § 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.8. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008;

14.9. O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

14.9.1. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez;

14.9.2. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

14.9.3. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

14.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.11. Havendo descumprimento contratual, o FISCAL DO CONTRATO instrumentalizará processo administrativo apuratório, que assegurará o exercício da ampla defesa e do contraditório, e enviará para a CONTRATANTE, para que essa, se for o caso, aplique a sanção administrativa cabível.

14.12. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias;

14.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a contratada deverá entregar no prazo de 30 dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.15. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

15. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 15.1. Os serviços prestados serão avaliados, mensalmente, por intermédio dos registros de ocorrências feitos pelo Fiscal do Contrato, em consonância com os seguintes aspectos:
- 15.1.1. Os resultados alcançados em relação à CONTRATADA, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 15.1.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 15.1.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 15.1.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 15.1.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;
- 15.1.6. A satisfação do público usuário.
- 15.2. O Agente Fiscalizador de Contrato anotará em registro próprio e comunicará à CONTRATADA todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 15.3. Não sendo regularizada a prestação do serviço pela CONTRATADA, o Agente Fiscalizador deverá adotar os procedimentos necessários à regularização;
- 15.4. Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os serviços e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência;
- 15.5. A ANCINE notificará a CONTRATADA por descumprimento de cláusulas contratuais, em conformidade com as condições seguintes:
- 15.5.1. As infrações de natureza **GRAVE** estarão sujeitas à pena de multa de 5% a 10% do valor da fatura mensal, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação, no edital e seus anexos. Havendo reincidência da infração, estará sujeita à multa correspondente ao dobro do percentual aplicado anteriormente;
- 15.5.2. As infrações de natureza **MÉDIA** estarão sujeitas à pena de multa de 2% a 5% do valor da fatura mensal, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação, no edital e seus anexos. Havendo reincidência da infração, estará sujeita à multa correspondente ao dobro do percentual aplicado anteriormente;
- 15.5.3. As infrações de natureza **LEVE** estarão sujeitas à pena de advertência, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação, no edital e seus anexos. Havendo reincidência da infração de mesma natureza por 3 (três) vezes, estará sujeita à multa no percentual da pena de natureza MÉDIA.

TABELA DE GRADUAÇÃO DE INFRAÇÃO

Não Designar formalmente um Preposto, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar o contrato.	GRAVE
Não gerenciar os serviços contratados e não responsabilizar-se administrativamente por todos os profissionais alocados aos serviços, por intermédio do Preposto indicado no contrato.	GRAVE
Interromper o serviço, sem substituição do motorista ou carro, por prazo superior a 2 (duas) horas, independentemente do motivo.	GRAVE
Deixar de indenizar a ANCINE ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou preposto em razão da execução do presente contrato, por ocorrência.	GRAVE
Não ressarcir por danos e extravios a que deu causa.	GRAVE
Não atender às normas de higiene, medicina e segurança do trabalho durante a execução dos serviços.	GRAVE
Não responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho.	GRAVE
Não impedir que os seus empregados se pronunciem em nome da ANCINE.	GRAVE
Não manter sob sigilo, divulgando dados, informações, documentos e processos aos quais tiver acesso em decorrência da execução do serviço.	GRAVE
Não cumprir os prazos estabelecidos para as atividades definidas no contrato.	GRAVE
Subcontratar a prestação dos serviços.	GRAVE
Não exercer rígido controle com relação à validade da Carteira Nacional de Habilitação de cada motorista, verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados, bem como manter regularizada a documentação do veículo.	GRAVE
Não informar à ANCINE qualquer irregularidade que ocorrer com o velocímetro, com seus lacres ou com o hodômetro, devendo neste caso ser apurada a medição da quilometragem devida e a correção providenciada de imediato.	GRAVE
Não exigir que os motoristas portem documentação própria e do veículo, para apresentação sempre que exigido, bem como crachá de identificação fornecido pela CONTRATADA.	GRAVE
Não substituir em 48 horas a partir da comunicação formal, salvo por motivo justificado a critério do Fiscal do Contrato, aquele cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais e inconvenientes à execução dos serviços ou às normas da ANCINE.	MÉDIA
Não manter os veículos com motorista em garagem próxima ao Escritório da ANCINE no Rio de Janeiro, nos horários estipulados.	MÉDIA
Não efetuar a substituição de veículo por quaisquer razões, por veículo e por dia;	LEVE
Não transmitir aos seus profissionais as informações atinentes às atividades desta contratação obtidas junto à ANCINE.	LEVE
Não manter os profissionais alocados aos serviços devidamente identificados e uniformizados.	LEVE
Não fornecer aos motoristas uniformes completos, conforme especificações do Termo de Referência, a cada 06 (seis) meses.	LEVE
Não comunicar à ANCINE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços e não prestar os esclarecimentos necessários;	LEVE
Não atualizar os dados, junto ao Agente Fiscalizador da ANCINE, em caso de troca de qualquer veículo, motorista e/ou supervisor.	LEVE
Não permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição da ANCINE, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza ou aferição de hodômetro.	LEVE

16. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 16.1. A empresa deverá iniciar de forma imediata a execução dos serviços, a partir da data da vigência do Contrato.

17. DA VIGÊNCIA

- 17.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, com início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último;
- 17.2. Contratada obriga-se a manifestar sua intenção de não prorrogar o Contrato no prazo de 90 (noventa) dias antes do término do prazo de vigência, entendendo-se o silêncio da Contratada como anuência quanto à prorrogação.

18. DA GARANTIA

- 18.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei n.º 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.
- 18.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 18.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666 de 1993.
- 18.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

- 18.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 18.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- 18.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- 18.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- 18.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 18.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG n.º 02/2008, observada a legislação que rege a matéria;
- 18.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;
- 18.6. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;
- 18.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada;
- 18.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;
- 18.9. Após a execução do Contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho;
- 18.9.1. Caso a **Contratada** não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 2008, conforme obrigação assumida pela Contratada.
- 18.10. Será considerada extinta a garantia:
- 18.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
- 18.10.2. No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do Contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.
- 19. DA CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES**
- 19.1. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a CONTRATANTE deverá depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA envolvidos na execução do Contrato, em consonância com os dispostos no art. 19-A, e no anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SLTI/MP n.º 03, de 15 de outubro de 2009, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:
- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao Contrato;
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao Contrato;
- d) Ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;
- e) O saldo restante, com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 19.2. As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este item, poderão ser destacadas do valor mensal do Contrato e depositados na mencionada conta vinculada, aberta em nome da CONTRATADA, em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação.
- 19.3. A movimentação da conta vinculada será mediante autorização da CONTRATANTE, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.
- 19.4. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:
- a) 13º salário;
- b) Férias e Abono de Férias;
- c) Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa;
- d) Impacto sobre férias e 13º salário.
- 19.5. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem acima, depositados em conta vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.
- 19.6. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato em conformidade com a Lei n.º 12.506/2011.
- 19.7. Os valores provisionados serão discriminados conforme tabela abaixo:

Reserva Mensal Para O Pagamento De Encargos Trabalhistas - Percentuais Incidentes Sobre A Remuneração

Item			
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00 % (cinco por cento)		
Subtotal	25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39 % (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
TOTAL	32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)	33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.

- 19.8. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato a ser celebrado.
- 19.9. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 19.10. A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhado a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da CONTRATADA.
- 19.11. A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

- 19.12. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 19.13. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 20. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**
- 20.1. A ANCINE poderá acrescentar ou suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à Contratada qualquer recusa ou reclamação;
- 20.2. É facultada a supressão além do limite acima estabelecido mediante acordo entre as partes.
- 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993 e da Lei n.º 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 21.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 21.1.6. Não mantiver a proposta.
- 21.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002, aquele que:
- 21.2.1. Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
- 21.2.2. Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.
- 21.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 21.3.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 21.3.2. **Multa moratória** de 0,5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 21.3.3. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do Contrato;
- 21.3.3.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 21.3.4. **Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 21.3.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 21.3.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- 21.3.7. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- 21.3.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 21.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999;
- 21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22. DA MODALIDADE SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO**
- 22.1. Para a contratação objeto deste Termo de Referência, propõe-se Pregão Eletrônico com fulcro no artigo 1º, parágrafo único, da Lei n.º 10.520/02, pois se trata de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais verificadas no mercado pertinente ao objeto a ser contratado.
- 23. DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA**
- 23.1. Este Termo de Referência foi elaborado pelos servidores abaixo subscritos, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e, no caso de concordância, aprovação pela Secretária de Gestão Interna da ANCINE.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério De Alvarenga Ferreira, Coordenador(a)**, em 01/11/2017, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0629154** e o código CRC **1AA42D99**.